

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**



**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO**

EIXO TEMÁTICO: GT <1> - <Educação e Desenvolvimento de Competências em informação para o enfrentamento a desinformação na Ciência e na Saúde>

DIVULGASUS: A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS) E A REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (RNP) COMO VETORES DA SAÚDE DIGITAL NO SUS

DIVULGASUS: THE STATE UNIVERSITY OF FEIRA DE SANTANA (UEFS) AND THE NATIONAL EDUCATION AND RESEARCH NETWORK (RNP) AS VECTORS OF DIGITAL HEALTH IN THE SUS

Autor(a) 1; Instituição do (s) Autores(as) (SIGLA)

Autor(a) 2 – Instituição do (s) Autores(as) (SIGLA)

Modalidade: Texto completo

Resumo: As tecnologias digitais estão redesenhando o cuidado em saúde e exigem dos profissionais novas competências para seu uso ético e eficiente. O plano de extensão “Saúde Digital no SUS: inclusão, conectividade e proteção dos direitos humanos fundamentais”, vinculado ao Programa DivulgaSUS/UEFS, promove o letramento digital em saúde por meio da integração entre ferramentas do SUS Digital e recursos da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Trata-se de iniciativa pioneira entre universidades baianas ao integrar tecnologias do SUS e da RNP, organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que disponibiliza infraestrutura tecnológica essencial à formação crítica e à produção colaborativa de saberes. Este trabalho tem por objetivo descrever uma experiência extensionista voltada ao letramento digital em saúde, integrando tecnologias do SUS e da RNP para fortalecer a formação cidadã, os direitos informacionais e qualificar a formação em saúde. A metodologia, do tipo relato de experiência, ancora-se em uma extensão crítica e dialógica, articulando o ensino-pesquisa-extensão em três eixos: enquête diagnóstica com a comunidade acadêmica da Saúde; divulgação dos dispositivos do SUS Digital e da RNP; e, construção da Linha do Tempo sobre saúde digital no Brasil. As atividades incluem produção e circulação de materiais educativos por bolsista PIBEX em mídias digitais (como Canva e Instagram) e ações presenciais. Dados preliminares revelam que 72% dos participantes desconheciam os serviços da RNP (Rede CAFe, ConferênciaWeb, Eduplay, eduroam) e 48% nunca ouviram falar em saúde digital no SUS. Recomenda-se a inclusão do tema nos currículos da saúde.

Palavras-chave: extensão universitária; saúde digital; letramento em saúde.

Abstract: Digital technologies are reshaping healthcare and demanding new competencies from professionals for their ethical and efficient use. The extension project “Digital Health in the SUS: inclusion, connectivity, and protection of fundamental human rights,” developed under the DivulgaSUS/UEFS Program, promotes digital health literacy through the integration of SUS Digital tools and resources from the National Education and Research Network (RNP). This is a pioneering initiative among universities in Bahia by combining SUS and RNP technologies—an organization linked to the Ministry of Science, Technology and Innovation that provides essential technological infrastructure for critical education and collaborative knowledge production. This work aims to describe an outreach experience focused on digital health literacy, integrating SUS and RNP technologies to strengthen civic education, informational rights, and the quality of health training. The methodology, based on a critical and dialogical approach, is structured around three main components: a diagnostic survey with the academic health community; dissemination of SUS Digital and RNP resources; and development of a Timeline on digital health in Brazil. Activities include the creation and dissemination of educational materials by a PIBEX scholarship student through digital platforms (e.g., Canva and Instagram) and in-person actions. Preliminary data show that 72% of participants were unaware of RNP services (CAFe, ConferênciaWeb, Eduplay, eduroam), and 48% had never heard of digital health in SUS. It is recommended that this theme be incorporated into health education curricula.

Keywords: university extension; digital health; health literacy.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais estão transformando as práticas médicas e de saúde, tendo em vista o crescimento rápido da área, os desafios de coleta de dados e questões de privacidade, além das aplicações de inteligência artificial e de dispositivos vestíveis — usados no corpo humano para monitorar e transmitir informações sobre a saúde em tempo real — e da telemedicina. A pandemia de Covid-19 impulsionou o uso dessas tecnologias no SUS, ampliando sua adoção e a implementação de diversas soluções tecnológicas. Esse cenário exigiu dos profissionais de saúde o desenvolvimento de competências e habilidades para o uso adequado desses recursos (Cuff, 2023).

A Organização Mundial da Saúde (2021) define saúde digital como “o campo do conhecimento e da prática associado ao desenvolvimento e ao uso de tecnologias digitais para melhorar a saúde” (*World Health Organization*, 2021, p. 11). No Brasil, esse conceito foi incorporado de forma estruturada com o lançamento da **Estratégia de Saúde Digital (ESD) para o Brasil 2020–2028**, por meio da Portaria GM/MS nº 3.632/2020 (Brasil, 2020), com o objetivo de guiar a transformação digital do SUS e garantir maior acesso, qualidade e eficiência nos serviços de saúde.

A recente criação da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI), em 2023, fortalece essa política pública, bem como o lançamento do **Programa SUS**

Digital, regulamentado pelas Portarias GM/MS nº 3.232/2024 e nº 3.233/2024 (Brasil, 2024a; 2024b), que atualiza e amplia os recursos antes disponíveis no ConecteSUS. O novo aplicativo “Meu SUS Digital” reúne funcionalidades como acesso ao cartão de vacinação, histórico de exames e medicamentos, Prontuário Eletrônico do Cidadão, além de programas como o MedSUS, Dignidade Menstrual e Peso Saudável.

Com base nesse cenário, o plano de trabalho de extensão intitulado “**Saúde Digital no Sistema Único de Saúde (SUS): inclusão, conectividade e proteção dos direitos humanos fundamentais**”, desenvolvido no âmbito do Programa DIVULGASUS/UEFS, tem como objetivo promover o letramento digital em saúde, disseminar informações sobre as tecnologias digitais do SUS e os serviços da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), e contribuir para a formação crítica e cidadã dos estudantes e profissionais da área da saúde.

Trata-se de uma iniciativa pioneira no contexto das universidades públicas da Bahia, ao integrar, de forma estratégica e sinérgica, as tecnologias digitais do SUS e os recursos tecnológicos da RNP, uma organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Enquanto as ferramentas do SUS digital já apresentam maior visibilidade nos serviços e na formação em saúde, os recursos tecnológicos da RNP permanecem amplamente desconhecidos. Ao incorporar ambos os repertórios, o plano de trabalho visa não apenas ampliar o letramento digital em saúde, mas também destacar o papel da RNP como infraestrutura essencial para a formação crítica, a produção colaborativa de saberes e a disseminação qualificada de conteúdos sobre saúde digital no SUS.

Diante do exposto, o **objetivo** deste trabalho é descrever uma experiência de extensão voltada ao letramento digital em saúde, integrando tecnologias do SUS e da RNP para fortalecer a formação cidadã, os direitos informacionais e qualificar a formação em saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação teórica

A fundamentação teórica deste plano de trabalho considera os aportes de Almeida-Filho (2024), Haddad e Lima (2024), da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) e de Norman e Skinner (2006), que, em diferentes momentos

históricos, discutem os impactos das tecnologias digitais na saúde. Enquanto Norman e Skinner (2006) introduzem o conceito de *eHealth literacy* no contexto da internet e das ferramentas eletrônicas, os demais autores abordam a saúde digital como um fenômeno mais amplo e contemporâneo, que integra a prática clínica, a gestão em saúde e os direitos civis dos cidadãos em ambientes tecnologicamente mediados.

Almeida-Filho (2024) destaca a metapresencialidade como nova lógica das interações sociais e sanitárias em tempos digitais, sinalizando a necessidade de desenvolver competências informacionais e culturais adaptadas à nova realidade. Já Haddad e Lima (2024) apontam os desafios para a consolidação de um ecossistema de saúde digital no SUS, com ênfase na qualificação da força de trabalho e na governança informacional.

Adicionalmente, as autoras ressaltam que a noção de saúde digital é mais abrangente do que o conceito de e-Saúde, pois vai além da Informática Médica e da Telessaúde ao incorporar novos paradigmas sociotécnicos. Entre eles, destacam-se as aplicações nas mídias sociais, a Internet das Coisas (IoT) e a Inteligência Artificial (IA), os quais vêm transformando profundamente as práticas em saúde. O conceito de saúde digital, nesse sentido, encontra-se em constante transformação, à medida que tecnologias emergentes e disruptivas impõem novos desafios à compreensão tradicional dos cuidados em saúde, ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades inovadoras para a promoção do bem-estar, exigindo uma abordagem crítica e ética sobre seus riscos e implicações (Haddad; Lima, 2024).

Nesse contexto, ganha relevo o conceito de letramento digital em saúde. A formulação original, proposta por Norman e Skinner (2006), utilizou o termo *eHealth literacy* para descrever a capacidade de localizar, compreender, avaliar e aplicar informações de saúde provenientes de fontes eletrônicas para enfrentar ou resolver problemas de saúde. Trata-se de uma abordagem centrada no uso da internet como meio de acesso à informação em saúde. Já a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) aperfeiçoa esse conceito no marco das políticas contemporâneas de saúde digital, ao defini-lo como o conjunto de habilidades necessárias para buscar, compreender e utilizar informações em plataformas digitais, com o objetivo de qualificar o cuidado, fortalecer a autonomia dos sujeitos e promover a equidade. Ao incorporar dimensões relacionadas à inclusão digital, cidadania e proteção de dados, a OMS reposiciona o letramento digital em saúde como elemento

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**

estruturante das estratégias de transformação digital dos sistemas de saúde. Essa concepção avançada é essencial para a consolidação de políticas públicas voltadas à saúde digital e para a formação de sujeitos críticos e autônomos no uso das tecnologias da informação e comunicação em saúde.

No Brasil, observa-se um avanço significativo no processo de transformação digital do SUS. Na Atenção Primária à Saúde, tem-se ampliado a digitalização dos registros de saúde dos cidadãos, o que contribui para a melhoria da resolubilidade das ações, o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários e a continuidade do cuidado. Paralelamente, o conceito de telessaúde tem sido ressignificado como um cuidado mediado por metapresencialidade, superando a concepção limitada à clínica médica a distância baseada em telediagnóstico e teleconsultoria. Na atenção especializada, há o planejamento de maior integração da telessaúde ao prontuário eletrônico, às bases de dados e ao complexo regulador da atenção, o que potencializa a integralidade do cuidado em saúde no SUS (Haddad; Lima, 2024).

Ainda segundo Haddad e Lima (2024), o uso da inteligência artificial (IA) nos sistemas de saúde vem crescendo significativamente, com aplicações em áreas como vigilância em saúde, telediagnóstico e telecuidado, por meio da incorporação de algoritmos clínicos, farmacológicos e epidemiológicos. No entanto, alertam que a automação de processos e decisões, ao se basear em dados historicamente desiguais, pode reforçar padrões de exclusão e discriminação. Para que a IA contribua com a equidade no cuidado, é essencial que esses algoritmos incorporem mecanismos compensatórios, tornando-se, assim, ferramentas para ampliar o acesso da população vulnerável a serviços de saúde de qualidade.

Apesar dos avanços, as autoras também alertam que a regulação vigente ainda é insuficiente para assegurar plenamente os direitos humanos fundamentais no contexto da saúde digital. Embora a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) tenha estabelecido um marco legal rigoroso para o tratamento de dados sensíveis, como os de saúde, ainda existem lacunas importantes que demandam regulamentação e interpretação específicas para a área da saúde. Assim, o Estado deve exercer um papel ativo na regulação de equipamentos, plataformas e algoritmos usados na saúde digital, garantindo não apenas a segurança, mas também a equidade e a proteção de direitos fundamentais.

Outro aspecto fundamental do plano de extensão refere-se à infraestrutura da

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**

RNP, que é projetada com foco na segurança da informação, oferecendo suporte técnico especializado e permitindo conexões seguras e eficientes entre instituições em todo o mundo. Atende a um público diversificado, incluindo universidades, centros de pesquisa, agências de fomento, estabelecimentos de saúde vinculados ao ensino, museus, institutos culturais, ambientes de inovação e empresas de base tecnológica. Ao integrar esses diferentes atores, a RNP fortalece o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, promovendo a colaboração acadêmica e o desenvolvimento de soluções digitais para a educação e a saúde (RNP, 2025).

Atualmente, o Sistema RNP conecta mais de 560 instituições brasileiras, distribuídas em aproximadamente 1 877 unidades — incluindo universidades, institutos federais, hospitais de ensino, museus e parques tecnológicos — beneficiando cerca de 4 milhões de estudantes, professores e pesquisadores. Ao integrar esses diferentes atores, fortalece o ecossistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, promovendo a colaboração acadêmica e o desenvolvimento de soluções digitais voltadas à educação e à saúde (RNP, 2025).

Ao aderir ao Sistema RNP, as instituições passam a contar com uma ampla gama de serviços digitais voltados à comunicação, colaboração remota, gestão de identidade e segurança da informação. Esses serviços promovem a conectividade entre unidades acadêmicas e de pesquisa, viabilizando o compartilhamento de conhecimento, a realização de projetos colaborativos e o acesso seguro a redes e plataformas científicas. Por meio de soluções como a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), ConferênciaWeb e sistemas de autenticação federada, a RNP potencializa a inserção das instituições brasileiras no cenário global de ciência, educação e inovação.

Nesse sentido, a conectividade proporcionada pela RNP baseia-se em uma infraestrutura robusta e segura, com abrangência nacional e integração internacional. Essa estrutura é composta pela Rede Ipê — *backbone* de alta velocidade —, pelos Pontos de Presença (PoP), distribuídos nas unidades da federação, e pelos Pontos de Agregação (PoA), que ampliam o alcance da rede (RNP, 2025). Projetada com foco na segurança da informação e no desempenho técnico, essa infraestrutura conta com suporte especializado e permite a realização de colaborações científicas, educacionais e tecnológicas com instituições de ensino, pesquisa e inovação em todo o mundo.

Nesse ecossistema digital conectado, destaca-se ainda a **Rede Universitária**

de **Telemedicina (RUTE)**, uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenada pela RNP, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue). A RUTE tem como objetivo apoiar a ampliação e o fortalecimento de projetos de telemedicina já existentes, bem como estimular novas iniciativas colaborativas entre instituições de ensino e serviços de saúde. Um de seus principais mecanismos de articulação são os Grupos de Interesse Especial (*Special Interest Groups* – SIGs), que promovem sessões regulares por videocolaboração para debates, discussões de casos, aulas, pesquisas e avaliações à distância, abrangendo diversas especialidades e níveis de formação profissional na área da saúde. Qualquer instituição ou profissional da saúde pode participar dos SIGs com seus próprios recursos, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento e a disseminação de boas práticas assistenciais e educacionais (RUTE, 2025).

Com 19 anos de atuação, a **RUTE** contabiliza 105.161 presenças registradas nas sessões, com a participação de 29.087 profissionais distintos. Atualmente, 141 unidades estão em operação, somando um total de 8.349 sessões realizadas e 35 Grupos de Interesse Especial (SIGs) ativos em 2025, evidenciando sua relevância e abrangência no cenário nacional de saúde digital (RUTE, 2025).

2.2 Metodologia

A metodologia adotada se ancora na extensão universitária crítica, dialógica e territorializada, articulando o tripé ensino-pesquisa-extensão por meio de letramento em saúde. O plano extensionista intitulado “Saúde Digital no SUS: inclusão, conectividade e proteção dos direitos humanos fundamentais” está vinculado ao Programa DIVULGASUS, sob coordenação do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva (NUPISC), no Departamento de Saúde da UEFS, com período de duração de 12 meses (janeiro/2025 a dezembro/2026). O plano conta com a participação de uma bolsista PIBEX do curso de Psicologia da UEFS. A principal atividade inicial foi a elaboração e aplicação de uma enquête diagnóstica junto a estudantes e docentes dos cursos da área da Saúde, com o objetivo de identificar o grau de conhecimento sobre tecnologias digitais do SUS e os serviços disponibilizados gratuitamente pela RNP às instituições conectadas (RNP, 2025). A partir da análise quantitativa e qualitativa dos resultados da enquête, sistematizados

em planilha eletrônica, iniciou-se a divulgação dos recursos tecnológicos da RNP e das tecnologias digitais do SUS, por meio de materiais físicos (cartilha) e digitais através de design criados pelo aplicativo Canva e disponibilizado nas redes sociais do NUPISC e do Programa DivulgaSUS. A partir do mês de julho de 2025, serão realizadas atividades presenciais nas Unidades de Saúde.

2.3 Resultados e discussão

A enquete foi realizada via Google Forms e contou com 54 respondentes. Os dados revelaram que 48% nunca haviam ouvido falar sobre saúde digital no SUS, e 72% desconheciam as tecnologias da RNP, apesar da UEFS estar conectada à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) desde 2022. Apenas 24% dos participantes relataram conhecer essa ferramenta. Dentre os serviços mais citados do Meu SUS Digital, destacaram-se: emissão da carteira de vacinação digital (utilizada por 23 pessoas), acesso ao certificado de vacinação contra Covid-19 (20), histórico de exames laboratoriais (10) e histórico de medicamentos do Farmácia Popular (7).

Com base nesses achados, o plano organizou três linhas estratégicas de ação: (1) levantamento, sistematização e divulgação das principais tecnologias digitais do SUS (Meu SUS Digital, MedSUS (Brasil, 2024c), e-SUS Território, e-SUS Vacinação, etc.) e dos serviços da RNP (Comunidade Acadêmica Federada - CAFe, ConferênciaWeb (Salas virtuais colaborativas para aulas, reuniões, palestras e projetos), Eduplay (maior portal de vídeo para o ensino superior no Brasil), FileSender@RNP (compartilhamento de arquivos grandes), Education roaming - Eduroam (Wi-Fi mundial da rede acadêmica), Rede Universitária de Telemedicina – RUTE (telemedicina nos hospitais universitários e instituições de ensino) e Moodle Gerenciado (plataforma de aprendizagem *online*, de domínio público e código aberto, que prioriza a interação entre estudantes e professores, oferecendo materiais educativos, avaliações e acompanhamento do progresso, e integração com ConferênciaWeb e Eduplay); (2) realização de ações formativas junto à comunidade universitária e em unidades do SUS, com rodas de conversa, oficinas e produção de materiais impressos e digitais (folders, cartilhas, podcasts e vídeos); e (3) construção e divulgação da Linha do Tempo da Estratégia Saúde Digital no Brasil.

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**

A Linha do Tempo foi organizada em uma planilha estruturada com marcos nacionais e internacionais, abrangendo iniciativas da OMS, legislações brasileiras, como a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Brasil, 2018), atos normativos do Ministério da Saúde (Portarias nº 3.632/2020, 3.232/2024, 3.233/2024), ações do Legislativo, Judiciário e sociedade civil, e investimentos federais na infraestrutura da saúde digital. Essa LT tem servido como recurso didático e referencial histórico para as ações do plano de extensão.

Entre as ações já executadas destacam-se: a distribuição de materiais sobre **tecnologia de gestão de identidade**: Rede CAFE; **tecnologias de comunicação e colaboração**: ConferênciaWeb, Eduplay e FileSender@RNP; **tecnologia de conectividade**: Eduroam; e Rede Universitária de Telemedicina - RUTE (RNP, 2025); divulgação do aplicativo “Feira Conectada”, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana; disponibilização de materiais físicos nos colegiados dos cursos da área da Saúde (Medicina, Enfermagem, Psicologia, Odontologia, Farmácia e Educação Física) e no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; e postagens informativas no Instagram institucional do Programa DIVULGASUS e do Nupisc, no qual as divulgações digitais (Rede CAFE; Feira Conectada; ConferênciaWeb; FileSender@RNP; Eduroam; Eduplay; RUTE) tiveram, em média, 6.955 visualizações, 19 compartilhamentos e 30 salvamentos, e a média por postagens foi de 1.159 por divulgação. O acesso a estes conteúdos ainda é novidade para o público alcançado, mostrando-se necessário o avanço e a continuidade das ações de letramento em saúde digital.

Também foram promovidos diálogos institucionais com representantes da Reitoria, da Assessoria Especial de Informática (AEI), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG), da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e da Coordenação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB/UEFS), visando a otimização e a expansão do uso das tecnologias da RNP na UEFS, e de adesão a novos serviços tecnológicos disponibilizados, como Eduroam e o Moodle Gerenciado, bem como, a criação de componente curricular sobre Saúde Digital e Inteligência Artificial nos currículos dos cursos da área de Saúde.

Outra iniciativa estratégica envolveu uma articulação da UEFS com a equipe de atendimento da RNP visando divulgar as atividades extensionistas e mobilizar as instituições na perspectiva de futuras ações conjuntas e sugestão de editais de

fomento, visando ao fortalecimento e a consolidação do uso das tecnologias digitais no âmbito da UEFS.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas até o momento sinalizam o potencial da extensão universitária para promover a inclusão digital crítica, a cultura da proteção de dados e a formação de competências em informação em saúde. A continuidade do plano permitirá aprofundar as articulações entre Universidade e o SUS, fortalecendo o papel e a responsabilidade social da UEFS como promotora da transformação digital na educação superior e no campo da saúde pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos até o presente momento demonstram que o plano de trabalho “Saúde Digital no Sistema Único de Saúde (SUS): Inclusão, conectividade e proteção dos direitos humanos fundamentais”, desenvolvido no âmbito do Programa de Extensão DIVULGASUS/UEFS, cumpre um papel relevante na promoção do letramento digital e na difusão das tecnologias de informação e comunicação no contexto da formação em saúde. As evidências levantadas com a enquête aplicada à comunidade acadêmica indicam um desconhecimento significativo sobre os recursos disponíveis tanto no âmbito do SUS quanto nas plataformas da RNP, o que justifica e legitima as ações extensionistas voltadas à sensibilização, capacitação e formação crítica.

A experiência possibilitou a consolidação de estratégias que integram a universidade aos serviços de saúde e à comunidade acadêmica, favorecendo o diálogo interinstitucional e o uso qualificado das tecnologias digitais. A produção de materiais impressos e digitais, a construção da Linha do Tempo da Estratégia Saúde Digital e a articulação com setores internos da UEFS representam avanços concretos em direção à institucionalização do tema na agenda acadêmica. Além disso, os desdobramentos do projeto apontam para a necessidade de inserir permanentemente a temática da saúde digital nos Projetos Pedagógicos dos Cursos da área da Saúde, mediante a proposição de componentes curriculares optativos ou obrigatórios sobre o tema.

As atividades desenvolvidas têm potencial de impacto não apenas no âmbito da Universidade, mas também nos serviços públicos de saúde, à medida que promovem o empoderamento informacional de estudantes, trabalhadores e usuários

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**

do SUS. A formação cidadã crítica, ancorada na extensão universitária, configura-se como vetor estratégico para a consolidação de um ecossistema de saúde digital inclusivo, participativo e orientado à proteção dos direitos fundamentais.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento institucional da parceria entre a UEFS e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com vistas à ampliação do acesso e da utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis, bem como a continuidade do financiamento público de ações que promovam a transformação digital no SUS em consonância com os princípios da universalidade, equidade e integralidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, Naomar. Metapresencialidade, saúde digital e saúde coletiva.

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230473>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Redação dada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.632, de 21 de dezembro de 2020. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil. Seção 1, Brasília, DF, ed. 247, p. 96, 22 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024. Institui o Programa SUS Digital. 2024a. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil. Seção 1, Brasília, DF, n. 43, p. 103, 4 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.233, de 1º de março de 2024. Regulamenta a etapa de planejamento do Programa SUS Digital para o ano de 2024. 2024b. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil. Seção 1, Brasília, DF, n. 43, p. 108, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.233-de-1-de-marco-de-2024-5>

46282453. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aplicativo MedSUS é disponibilizado para população**. Portal Gov.br, Brasília, 18 jan. 2024. 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/aplicativo-medsus-e-disponibilizado-para-populacao>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CUFF, Alison. The evolution of digital health and its continuing challenges. **BMC Digital Health**, [S. l.], v. 1, art. 3, 2023. DOI: 10.1186/s44247-022-00004-x.

Disponível em:

<https://bmcdigitalhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s44247-022-00004-x>.

Acesso em: 29 jun. 2025.

HADDAD, Ana Estela; LIMA, Nísia Trindade. Editorial. Saúde digital no Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, 2024. e230597. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230597>. Acesso em: 6 jun. 2025.

NORMAN, Cameron. D.; SKINNER, Harvey. A. *eHealth literacy: essential skills for consumer health in a networked world*. **Journal of Medical Internet Research**, v. 8, n. 2, e9, 2006. doi:10.2196/jmir.8.2.e9.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (RNP). **Serviços do Sistema RNP**. 2025. Disponível em: <https://www.rnp.br/servicos/servicos-do-sistema-rnp/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

REDE UNIVERSITÁRIA DE TELEMEDICINA (RUTE). **Redes de Colaboração de Comunidades (RCC)**. 2025. Disponível em: <https://rcc.rnp.br/RUTE>. Acesso em: 28 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global strategy on digital health 2020–2025**. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240020924>. Acesso em: 6 jun. 2025.